

O feminismo e sua sombra. O antifeminismo de Ana Campagnolo

Verônica Toste Daflon¹  0000-0001-8398-2131

Lolita Guimarães Guerra²  0000-0002-2583-9924

Danielle Fernandes Rodrigues Furlani³  0009-0001-5406-4507

¹Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Niterói, RJ, Brasil. 24210-201 – gso.egh@id.uff.br

²Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Departamento de Ciências Humanas, Niterói, RJ, Brasil. 24435-005 – dch.ffp@uerj.br

³Fundação Casa de Rui Barbosa, Centro de Pesquisa, Setor de Pesquisa em Políticas Culturais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 22260-002 – edtc@rb.gov.br



Resumo: Este artigo analisa a narrativa histórica antifeminista de Ana Campagnolo em *Feminismo: Perversão e Subversão*. A análise de seu discurso historiográfico, à luz da teoria da história e da sociologia histórica, revela uma tensão: ao criticar a memória social feminista, Campagnolo reproduz suas mesmas premissas problemáticas, tratando o feminismo como um movimento único, coeso e teleológico. Seu argumento articula uma aplicação seletiva da relação entre agência, estrutura e mudança social: as feministas são retratadas como artífices da revolução sexual e das mudanças estruturais na família e casamento, mas não da conquista do direito ao voto, trabalho e educação. Ao separar direitos femininos da identidade feminista, a obra oferece uma história terapêutica às leitoras, dialogando com aspirações por segurança, autonomia e dignidade que estão em conflito com sua percepção do que é feminismo.

Palavras-chave: feminismo; antifeminismo; ondas feministas; discurso historiográfico; sociologia histórica.

Feminism and its shadow. Ana Campagnolo's antifeminism

Abstract: This article analyzes Ana Campagnolo's anti-feminist historical narrative in *Feminism: Perversion and Subversion*. Drawing on historical sociology and the theory of history, the analysis of her historiographical discourse reveals a tension: in her critique of feminist social memory, Campagnolo reproduces its very same problematic premises, presenting feminism as a monolithic, cohesive, and teleological movement. Her argument articulates a selective application of the relationship between agency, structure, and social change, portraying feminists as the architects of the sexual revolution and of structural shifts in family and marriage, yet not of the achievement of rights such as suffrage, work, and education. By decoupling women's rights from a feminist identity, the book provides a therapeutic history for its readers, engaging with their aspirations for security, autonomy, and dignity, which stand in conflict with their perception of feminism.

Keywords: Feminism; Antifeminism; Feminist Waves; Historiographical Discourse; Historical Sociology.

El feminismo y su sombra. El antifeminismo de Ana Campagnolo

Resumen: El presente artículo analiza la narrativa histórica antifeminista de Ana Campagnolo en *Feminismo: Perversión y Subversión*. A partir de la sociología histórica y la teoría de la historia, el análisis de su discurso historiográfico revela una tensión: en su crítica a la memoria social feminista, Campagnolo reproduce sus mismas premisas problemáticas, presentando el feminismo como un movimiento monolítico, cohesionado y teleológico. Su argumento articula una aplicación selectiva de la relación entre agencia, estructura y cambio social, presentando a las feministas como artífices de la revolución sexual y de los cambios estructurales en la familia y el matrimonio, pero no así de

la conquista de derechos como el sufragio, el trabajo y la educación. Al desvincular los derechos de las mujeres de la identidad feminista, el libro ofrece una historia terapéutica para las lectoras, dialogando con sus aspiraciones de seguridad, autonomía y dignidad, las cuales entran en conflicto con su percepción del feminismo.

Palabras clave: feminismo; antifeminismo; olas feministas; discurso historiográfico; sociología histórica.

Introdução

A imagem popular das 'ondas' do feminismo costuma projetar a ideia de um movimento singular, coeso e focado em um objetivo comum, transmitido através de gerações. Essa narrativa teleológica, de unidade e de propósito comum, no entanto, mascara sua complexidade. Na prática, movimentos sociais são ações coletivas realizadas por uma gama de indivíduos, organizações e grupos com variados graus de comprometimento e, por vezes, interesses em conflito. Longe de possuir uma trajetória predefinida e um destino fixo, seus objetivos são continuamente negociados, contestados e redefinidos em resposta a oportunidades e circunstâncias em permanente transformação, que exigem adaptação constante (Doug McAdam; Sidney Tarrow; Charles Tilly, 2001) e que variam conforme diferentes trajetórias nacionais (Sylvia Walby, 2020). Em vista disso, a expressão 'feminismos', no plural, captura a realidade com mais fidelidade do que a ideia etapista de 'ondas feministas' ou da flexão do 'feminismo' no singular (Lucy Delap, 2022).

É um grande desafio comunicar a História dos movimentos sociais ao amplo público leigo. Isso se deve à natureza complexa do processo histórico, de seus vestígios – que chegam para nós isolados, caóticos, irregulares e filtrados –, da revisão progressiva de suas interpretações pela historiografia e das maneiras como articulamos identidade e memória. Além disso, a História produzida por historiadores está em constante tensão com as memórias sociais das famílias, igrejas, comunidades e movimentos sociais. Isso porque a História e as memórias sociais derivam de diferentes interesses, exigências e compromissos frente à produção e ao uso do conhecimento (Norberto Guarinello, 2014, p. 9-10).

Por um lado, a História deve produzir um conhecimento positivo e verdadeiro, porém modesto, limitado ao que pode ser comprovado – atentando para suas próprias falhas e criticando tanto a si mesma quanto outras representações do passado. Ao se voltar contra essas representações, ela pode demonstrar a fragilidade de seus princípios, pressupostos e símbolos (Guarinello, 2014, p. 9-10). Enquanto a capacidade de reavaliação da História depende de um debate acadêmico livre e referenciado por procedimentos rigorosos, seu uso na memória social pode ocorrer tanto à revelia do campo quanto na seleção oportuna dos dados por uns e a defesa de posições socialmente autorizadas por outros.

No debate público, versões simplificadas da História misturam-se às variadas memórias sociais em vulgatas e derivas que saem vitoriosas da disputa por atenção, adesão e investimento intelectual e emocional do público. Algumas delas, como as do cinema e de outros meios populares de comunicação, usam recursos narrativos como condensações, invenções e exclusões (Robert Rosenstone, 2006, p. 35, 139-140). Em geral, o público desconhece tanto o uso desses recursos quanto suas origens e falhas (Lolita Guerra, 2021). Essas narrativas sobre o passado, às vezes, cumprem funções sociais e psicológicas, oferecendo conforto emocional e promovendo a coesão de grupos. Elas dão um sentido de permanência e unidade no tempo, um sentido de propósito e uma validação de identidades políticas no presente (Guarinello, 2014; Eric Hobsbawm, 2013; Giovanni Levi, 2001; Aviezer Tucker, 2008).

No campo dos feminismos, essa dinâmica é evidente. Histórias como a periodização das 'três ondas' feministas reduzem a um *continuum* simples processos sociais marcados por separações, conflitos, grupos em competição e objetivos em disputa (Nancy Cott, 1987; Linda Nicholson, 2010). Essas narrativas são uma construção dos próprios movimentos sociais, que refletem suas projeções e aspirações à unidade e à coesão. A narrativa recente de uma expansão teleológica do sujeito político do feminismo, culminando numa 'quarta onda' de avanço contínuo e progressivo de demandas, é mais uma projeção: ela obscurece disputas persistentes e fatores políticos, econômicos e sociais que impulsionam a popularização de certas narrativas sobre o feminismo em detrimento de outras (Iris van der Tuin, 2016; Kathleen Stock, 2023, p. 262-270).

Os usos do passado, carregados de elementos funcionais à construção de identidades e à legitimação de agendas políticas, são cruciais para as disputas contemporâneas (Jacques Le Goff, 1984). Por isso, narrativas históricas com essas características não são monopólio de um espectro político ou grupo social específico (Tucker, 2008; Hobsbawm, 1997). Da direita à esquerda, em

movimentos feministas ou antifeministas, progressistas, liberais ou conservadores, grupos sociais constroem interpretações do passado que chancelam suas posições e mobilizam seus públicos.¹

No campo antifeminista, um caso de interesse é o da historiadora catarinense Ana Caroline Campagnolo e sua narrativa histórica sobre o feminismo, apresentada em obras como *Feminismo: Perversão e Subversão, O mínimo sobre feminismo, Guia de Bolso Contra Mentiras Feministas e A hidra feminista*. Campagnolo (2019; 2021; 2022; 2024), que se define como “antifeminista, conservadora, cristã e de direita” (Carta Capital, 2018), é deputada estadual em Santa Catarina e se estabeleceu como uma das principais influenciadoras digitais e referências intelectuais entre jovens interessados em política no Brasil, notadamente por sua militância antifeminista (Patrícia Mello, 2022). Graduada em História e com experiência como professora (Campagnolo, 2014), sua atuação no movimento Escola Sem Partido² contribuiu para impulsionar a carreira política: em 2018, ela foi eleita deputada estadual de Santa Catarina e, em 2022, reeleita com uma votação recorde (Redação ND, 2022). Além das atividades parlamentares, ela escreve e organiza obras antifeministas, ministra cursos e oficinas e publica conteúdos no sítio eletrônico da empresa Brasil Paralelo (Brasil Paralelo, s.d.).

Feminismo: Perversão e Subversão (2019), da Vide Editorial, foi lançado no dia 8 de março de 2019, Dia Internacional da Mulher, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (G1 SC, 2019). O livro é um sucesso editorial: em 2021, contava com cerca de 2.000 avaliações na loja virtual da Amazon (Tabata Tesser, 2022). Em 11 de setembro de 2025, esse número já havia alcançado mais de 4.100 avaliações e o livro estava no 66º lugar na lista dos mais vendidos na categoria “Estudos Sobre a Mulher” – à frente de obras de autoras bem acolhidas pelo público leigo e acadêmico, como *O Patriarcado do Salário e Calibã e a Bruxa*, de Silvia Federici, e *Libertem a Mulher Forte*, de Clarissa Pinkola Estés (Feminismo, s.d.; Amazon, 2025). Seu outro livro, *Guia de Bolso Contra Mentiras Feministas*, figurava na mesma lista, na 25ª posição.

Segundo a própria Campagnolo, seu livro já vendeu mais de 100 mil exemplares (Campagnolo; Ana Corrêa, 2025). O sociólogo argentino Ezequiel Saferstein (2023) compara a obra da autora a outros *best-sellers* do que nomeia como nova direita radical latino-americana, como as do argentino Agustín Laje e do chileno Axel Kaiser. Essa produção se insere em uma articulada batalha cultural contra o que esses autores denominam progressismo e marxismo cultural. Para seus leitores e seguidores nas redes sociais digitais, as obras fornecem argumentos, legitimam sua identidade política e ajudam a criar comunidades. Mais do que sucessos comerciais, os livros são artefatos centrais na disputa pela hegemonia cultural e construção de um projeto político comum.

Em *Feminismo: Perversão e Subversão*, Campagnolo (2019) argumenta que, por trás de uma fachada de luta por direitos, o feminismo esconde uma agenda secreta focada na revolução sexual, na destruição da família tradicional, da maternidade e do cristianismo. A autora propõe então o que podemos chamar de uma contra-história do feminismo, ou seja, uma história que, partindo de uma posição que se afirma derrotada, busca reinterpretar e corrigir os relatos consagrados sobre um dado acontecimento histórico (Marc Ferro, 1985). Para tanto, ela retrata o feminismo como um movimento coeso, unilinear e trans-histórico, motivado a subverter os valores da civilização ocidental desde o século XV.

Como discutiremos ao longo deste texto, embora Campagnolo pretenda uma correção histórica, sua narrativa acaba por espelhar fragilidades de versões populares da memória social feminista. Isso se manifesta na adesão a uma estrutura etapista que replica a lógica das ‘ondas’ – ainda que ela critique o termo explicitamente –, na ideia de um ‘feminismo’ no singular, na evocação de ícones históricos, na subestimação da complexidade da relação entre agência

¹ Um exemplo bem documentado na literatura feminista é a obra da socióloga nigeriana Oyèrónkè Oyèwùmí. Seu trabalho sobre sociedades iorubás sustenta que no passado pré-colonial tais sociedades não possuíam concepções de gênero ou hierarquias sexuais. Apesar de sua tese central ter sido robustamente criticada do ponto de vista teórico e pela falta de sustentação nas evidências históricas (Tola Pearce, 2014; Bibi Bakare-Yusuf, 2003), o apelo normativo dessa narrativa dificulta sua superação no debate acadêmico e mantém sua ressonância em determinados círculos (Rita Segato, 2003; María Lugones, 2020; Claudia Alexandre, 2021) (LUGONES, María. “Colonialidade e Gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83; PEARCE, Tola Olu. “Dispelling the myth of pre-colonial gender equality in Yoruba culture”. *Canadian Journal of African Studies*, Toronto, v. 48, n. 2, p. 315-331, maio 2014; SEGATO, Rita. “Gênero, política e hibridismo en la transnacionalización de la cultura Yoruba”. *Estudios Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 333-363, 2003; BAKARE-YUSUF, Bibi. “‘Yorubas don’t do gender’: a critical review of Oyèrónkè Oyèwùmí’s *The Invention of Women*”. *African Identities*, London, v. 1, n. 1, p. 119-140, 2003; ALEXANDRE, Claudia. *Exu Feminino e o matriarcado nagô*. 2021. Doutorado (Ciência da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil).

² O movimento Escola sem Partido foi criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, propondo combater o que considerava ser doutrinação ideológica nas escolas. A iniciativa resultou no Projeto de Lei Nº 7180/14, que previa, entre outras medidas, a fixação de cartazes com os deveres dos professores em todas as escolas do país. Após encontrar forte oposição, o projeto foi arquivado em 2018 e, em agosto de 2019, o fundador do movimento anunciou o fim das suas atividades (Ana Luiza Basilio, 2019) (BASILIO, Ana Luiza. “Escola Sem Partido anuncia o fim de suas atividades”. *Carta Capital*, São Paulo, 19/07/2019. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-anuncia-o-fim-de-suas-atividades/>. Acesso em 08/09/2025).

e estrutura, e na redução da história do feminismo a um relato centrado em intelectuais e suas obras canônicas.

Este artigo busca compreender o apelo e as características persuasivas do trabalho de Campagnolo. A metodologia é baseada na análise documental do principal livro da autora: *Feminismo: perversão e subversão*. A análise se fundamenta na sociologia histórica e na teoria da história. O referencial da sociologia histórica é mobilizado a partir da teoria dos movimentos sociais (Tarrow; Tilly, 2001), que os compreendem não como blocos monolíticos, mas como processos sociais complexos. Essa abordagem permite complexificar a visão do feminismo enquanto ator coeso e dotado de um propósito trans-histórico.

A teoria da história (Le Goff, 1984; Hobsbawm, 1997; Guarinello, 2014) e sua reflexão sobre o método (David Fischer, 1970), por sua vez, fornecem as ferramentas de análise dos usos políticos do passado, nos levando ao campo da crítica historiográfica a narrativas sobre o passado que têm sido qualificadas como 'contra-histórias', 'histórias terapêuticas', 'pseudo-histórias' e 'revisionismos' (Ferro, 1985; Tucker, 2008; Michal Kopeček, 2008; Fritze; Feder, 2014). Por fim, este artigo dialoga com a historiografia dos feminismos (Cott, 1987; Lisa Tetrault, 2014), que já criticou mitos fundadores e narrativas lineares como a das 'ondas'. Este referencial aponta como a contra-história de Campagnolo, paradoxalmente, reprisa fragilidades teóricas das memórias sociais feministas que a pesquisa especializada já sinalizou e superou.

Este texto se estrutura da seguinte maneira: primeiramente, apresentamos o problema de pesquisa, mostrando a importância de analisarmos a construção de uma história antifeminista do feminismo. Na sequência, revisitamos pesquisas históricas que se debruçaram sobre dois mitos importantes para a memória social do feminismo: o mito de Seneca Falls e o mito das três ondas feministas (Tetrault, 2014; Cott, 1987; Nicholson, 2010). Finalmente, o texto examina a narrativa antifeminista de Campagnolo, focando a sua interlocução com narrativas feministas. Na conclusão, discutimos brevemente as implicações de nossa análise para a compreensão das relações e interlocuções existentes e potenciais entre essas narrativas.

Problema de pesquisa

O foco principal de *Feminismo: perversão e subversão* (Campagnolo, 2019) é a questão da sexualidade. Campagnolo tensiona as premissas de protestos feministas de grande repercussão no Brasil, como a Marcha das Vadias, inspirada na *SlutWalk* canadense, e o grupo ucraniano FEMEN, ambos conhecidos por suas táticas de protesto envolvendo a exposição corporal. Os dois movimentos, apesar de divergirem em seus objetivos e críticas (notadamente em relação à indústria do sexo), compartilham a estratégia de 'sequestrar' a objetificação da mulher, pretendendo transformar a nudez feminina em um método para confrontar normas sociais e rejeitar a culpabilização das vítimas da violência masculina. O campo feminista brasileiro não foi unânime na recepção desses métodos de protesto. Alguns posicionamentos críticos que se destacaram foram os da Marcha Mundial das Mulheres e de coletivos de feministas negras, que questionaram a eficácia da exposição do corpo feminino em gerar efeitos verdadeiramente disruptivos contra as estruturas do machismo e do patriarcado (Carla Gomes; Bila Sorj, 2014).³

A questão da liberdade sexual, da transgressão e do uso confrontacional do corpo é tema de debate tanto nos movimentos sociais como entre intelectuais feministas. Sheila Jeffreys (2012), Martha Nussbaum (1999) e Julie Bindel (2021), por exemplo, são críticas à ideia de que a desigualdade, a dominação e a exploração podem ser combatidas via performances transgressoras ou pelo exercício de uma liberdade sexual, segundo elas, definida em termos masculinos. Essas autoras questionam o poder de tais métodos em alterar fundamentalmente a política, as leis, o sistema jurídico, a economia e a educação, isto é, em modificar instituições e estruturas sociais que afetam o conjunto das mulheres. Ao apresentar o feminismo aos seus leitores focando primariamente a agenda da transgressão da moral sexual, Campagnolo omite que esse tema é um ponto de debate e controvérsia entre diferentes correntes feministas e um método de protesto problematizado nos meios ativistas.

A atração que antifeministas como Campagnolo exercem sobre algumas mulheres é tema recorrente na teoria feminista. Andrea Dworkin (1983), em *Right-Wing Women*, por exemplo, argumenta que tal adesão seria uma resposta ao medo da violência masculina e à busca por estabilidade. Assim, mulheres de direita trocariam subordinação por uma promessa de proteção. Dworkin vê nessa barganha uma escolha potencialmente racional, sobretudo quando

³ Dados de 2021 mostravam que frequentadoras de manifestações feministas, como o 8 de Março, eram majoritariamente céticas quanto à eficácia da exposição do corpo como forma de 'empoderamento' das mulheres, com um índice de discordância ou concordância parcial com esse método de 58%, se excluídas aquelas que não se manifestaram. A rejeição era mais alta entre as mulheres mais velhas do que entre as mais jovens (Verônica Daflon; Débora Costa; Felipe Borba, 2021) (DAFLON, Verônica Toste; COSTA, Débora Thomé; BORBA, Felipe. "Gênero, feminismo e geração: uma análise dos perfis e opiniões das mulheres manifestantes no Rio de Janeiro". *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 61, p. e215102, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/sBzKsZm78VZBZDgZYxdjTWb/?format=html&lang=pt>. Acesso em 07/08/2025).

o feminismo ou a esquerda são percebidos como incapazes de oferecer soluções concretas para o problema da segurança (Dworkin, 2025). Contudo, ela faz uma avaliação crítica dessas escolhas a partir de uma perspectiva feminista que já estabelece certos parâmetros para a agência e a libertação feminina.⁴

A análise de Dworkin, portanto, é normativa: em vez de descrever sociologicamente as escolhas que as mulheres fazem, ela prescreve o tipo de ação que elas deveriam realizar para alcançar a libertação. Sendo assim, suas contribuições poderiam se beneficiar de mais refinamento empírico e de uma sensibilidade sociológica aos processos históricos e às causalidades múltiplas dos arranjos de gênero tradicionais (Walby, 2020). Isso permitiria ir além de um enquadramento que, ao avaliar as estratégias femininas sob a ótica de um ideal normativo específico, talvez não capture toda a complexidade de suas decisões. Esse debate, no entanto, ultrapassa o escopo deste artigo. Aqui é de particular interesse a sua hipótese de que mulheres vulneráveis ou que priorizam a segurança podem se afastar do feminismo caso entendam que a defesa de certos enquadramentos da liberdade sexual pode erodir barreiras à violência masculina. Embora não represente uma causa única, essa consideração parece especialmente pertinente ao contexto no Brasil, onde os altos índices de violência sexual, feminicídio e insegurança geral configuram um cenário alarmante (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024) – problemas particularmente agudos em regimes de gênero neoliberais (Walby, 2020).

Para Dworkin (1983), as mulheres de direita não negam a existência da violência masculina, mas, para justificar a adesão a um modo de vida que promete segurança, tenderiam a minimizar ou desviar o foco da violência de dentro para fora, seja atribuindo-a ao caos social, aos ‘outros’ homens ou até mesmo ao feminismo. Assim como essas mulheres, Campagnolo afirma valores tradicionais de masculinidade (como o ideal de homem protetor e provedor da família), e elege como perigo central não a violência masculina, mas o próprio feminismo – apresentado como uma força de desestabilização moral, familiar e religiosa. Para sustentar essa tese, Campagnolo representa o feminismo sobretudo por meio de vertentes como a teoria *queer* e sua leitura particular de Simone de Beauvoir (Butler, 1986; Alex Byrne, 2024), além de debates sobre sexualidade e identidade de gênero de sexólogos como Alfred Kinsey e John Money, ativos nas décadas de 1950 e 1960 (Campagnolo, 2019).

Campagnolo nega que o feminismo tenha sido responsável por conquistas valorizadas pelas mulheres, como a educação, o voto e o trabalho. Ela, por exemplo, reconhece a defesa feminista da escolarização universal, mas a vê apenas como uma estratégia de usurpação da educação familiar pelo Estado para alcançar objetivos de reengenharia social de tipo revolucionário (2019). Da mesma maneira, argumenta que as mulheres sempre teriam trabalhado fora de casa, e que foram grandes processos históricos impessoais, como a industrialização e a guerra, os responsáveis pelo seu ingresso massivo no mercado de trabalho. Embora ela tenha alguma razão a esse respeito,⁵ a confusão entre inserção laboral feminina e a efetiva conquista de direitos – como licença-maternidade, proteção legal contra o assédio sexual, igualdade salarial etc. – permite minimizar o papel das feministas na promoção de mudanças legais e jurídicas na situação das mulheres trabalhadoras.

Na perspectiva de Campagnolo, o feminismo teve um papel ativo unicamente ao propagandar a inserção feminina no mercado como libertadora, ao mesmo tempo que depreciava as atividades domésticas e familiares. Para a autora, é crucial demonstrar que o acesso das mulheres ao estudo e ao trabalho não se deveu ao feminismo. Este, em sua visão, apenas teria pervertido tais avanços e se apropriado de sua narrativa. As transformações, incluindo o sufrágio, seriam simplesmente o resultado de forças históricas impessoais como a Revolução Industrial, conflitos, pobreza e crises sociais (Campagnolo, 2019).

A negação da participação das feministas nessas conquistas parece ser importante para o sucesso de Campagnolo: estudos qualitativos feitos no Brasil envolvendo mulheres conservadoras de origem popular indicam que elas defendem os direitos civis, políticos e sociais das mulheres e repudiam a violência sexista. Ao mesmo tempo, se afastam do feminismo por vê-lo como uma ideologia contrária aos valores familiares e à maternidade, excessivamente focada no sexo e na subversão sexual (Esther Solano; Camila Rocha; Beatriz Costa, 2022).

A narrativa de Campagnolo parece resolver uma tensão para seu público ao permitir que as leitoras apoiem os direitos femininos sem associá-los ao feminismo. Ao mesmo tempo, ela reforça a imagem negativa que essas mulheres têm do movimento. Para sustentar essa perspectiva, a autora adota uma abordagem particular da agência feminista: por um lado, atribui às feministas uma notável capacidade de ação e planejamento estratégico de longo

⁴ A centralidade da segurança também é ecoada por Susan Brownmiller (1975), que analisou a cautela feminina em relação à sexualidade masculina e aos espaços públicos como uma resposta aprendida e realista à ameaça sistêmica de violência (Brownmiller, Susan. *Contra nossa vontade*. São Paulo: Cassandra, 2023).

⁵ Nos Estados Unidos, por exemplo, antes de a pílula anticoncepcional se tornar amplamente acessível a ponto de impactar decisões de carreira, o trabalho feminino fora da casa era predominantemente exercido por mulheres jovens e solteiras; as mulheres casadas da classe trabalhadora, ou de minorias étnicas, trabalhavam por necessidade, geralmente em empregos precários, temporários e de baixa qualificação (Goldin, 2024).

prazo no que tange a grandes transformações na sexualidade, na família e na maternidade; por outro, minimiza ou nega a agência feminista na conquista de direitos como voto, trabalho e educação, creditando essas mudanças unicamente a transformações estruturais impessoais.

Essa separação artificial entre agência e estrutura passa ao largo de debates centrais da teoria sociológica, que aponta que a mudança social surge da interação contínua entre as ações individuais e coletivas e as estruturas sociais (Anthony Giddens, 2009). Na célebre formulação de Marx, os indivíduos fazem sua própria história, mas não em circunstâncias de sua livre escolha (Karl Marx, 2011). As estruturas herdadas não só criam oportunidades para a ação, mas também impõem limites ao campo de ação possível.

Foi dentro da relação dinâmica entre agência e estrutura – e em conflito com múltiplos outros atores, frequentemente mais poderosos – que diferentes grupos feministas agiram, lidando com diferentes limitações e oportunidades. O resultado desses processos complexos raramente correspondeu às intenções de um único grupo, gerando consequências não planejadas que se acumularam e se tornaram parte da estrutura que os indivíduos do presente enfrentam (Paul Pierson, 2004).

A análise da causalidade histórica na obra de Campagnolo revela uma tensão fundamental: ora sua explicação é voluntarista, conferindo às feministas uma capacidade extraordinária de planejamento e execução do seu projeto, ora é determinista, atribuindo as mudanças à força de estruturas sociais imunes à agência humana. Apesar dessa fragilidade, sua narrativa se investe de verossimilhança na medida em que mobiliza a autoridade do passado e da disciplina histórica. Diante disso, propomos analisar nesse artigo como Campagnolo constrói sua própria história do movimento feminista. Para tanto, identificamos os mecanismos narrativos, os usos do passado e as estratégias retóricas empregadas por ela.

Feminismo em ‘ondas’: algumas notas de contextualização

Os feminismos, tanto como movimentos sociais quanto como área de investigação acadêmica, oferecem um terreno fértil para observar a interação e, por vezes, a tensão entre modalidades de História. Por um lado, encontramos memórias sociais que fortalecem a identidade coletiva, inspiram a ação e validam as lutas do presente. Por outro, temos a prática da História acadêmica, que busca uma compreensão complexa dos feminismos, mesmo quando essa compreensão desafia mitos confortáveis ou narrativas unificadoras de pretensões universais.

Na memória coletiva popular ou comercial do movimento feminista, é comum a presença de mitos fundadores. Em *The Myth of Seneca Falls*, por exemplo, Tetrault (2014) estuda a promoção de uma convenção de 1848 em Seneca Falls, Nova York, o marco zero da luta pelo sufrágio feminino. Tetrault mostra que Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Anthony e Lucretia Mott popularizaram essa história de origem durante a segunda metade do século XIX, e que ela fez parte de uma disputa para consolidar sua liderança e enfraquecer sufragistas rivais.

Tetrault mostra como a história contada nas convenções sufragistas foi se transmutando de uma coleção frouxa de eventos desconectados para uma história de fundação. Essa história introduziu ordem e inevitabilidade onde antes havia muita disputa e contingência. Omitiu conflitos internos, unificou e pacificou. A história apagou inclusive as discussões em torno da direção do movimento de mulheres, que não tiveram o sufrágio como um objetivo óbvio desde o início, mas como um direito que se tornou passível de reivindicação dentro de uma conjuntura de oportunidades políticas específicas (Tetrault, 2014).

Similarmente, a periodização em ‘ondas’ imprime uma sensação de unilinearidade, progresso cumulativo e coesão a um processo histórico complexo, que não cabe em descrições simples. Movimentos sociais são ações coletivas formadas por coalizões instáveis de grupos e indivíduos diversos. Como respondem a diferentes momentos históricos, não são lineares e não seguem roteiros previsíveis. Essas complexidades se apresentam mesmo em contextos em que o vocabulário das ondas é evocado. No caso norte-americano, há diferentes demandas entre feministas que se identificam como de ‘terceira’ ou ‘quarta onda’ ou de grupos como as feministas negras ou as feministas lésbicas e separatistas, além de tensões entre o individual e o coletivo, e até entre feminismo e pós-feminismo (Tuin, 2016).

Isso também é observado no chamado Sul Global. Entre o final do século XIX e o começo do século XX, movimentos de mulheres se conectaram a lutas anticoloniais e nacionalistas e a processos de construção estatal e modernização. Em algumas regiões, lidou-se com questões muito distintas do Norte Global, como poligamia, concubinato, dote, casamento infantil e práticas como o véu, a queima de viúvas ou o enfaixamento dos pés (Kumari Jayawardena, 2016).

A pesquisa de Cott (1987) aponta que o mito das ‘três ondas’ feministas surgiu no final da década de 1960, quando feministas norte-americanas passaram a descrever seu movimento como uma ‘nova onda’ relativamente às mobilizações pelo sufrágio. Essa narrativa situou suas atividades políticas do presente em uma longa linhagem de ativismos com forte significado histórico – inclusive já incorporando o mito da convenção de Seneca Falls. Ela permitiu dar um sentido de

conexão, unidade e continuidade a processos marcados por descontinuidades, rivalidades e disputas por recursos e discordâncias a respeito de estratégias, prioridades e lideranças.

Em *The Grounding of Modern Feminism*, Cott aponta, a partir de uma farta documentação histórica, que, nos Estados Unidos, sufragismo e feminismo chegaram a coexistir como movimentos separados na década de 1910. O sufragismo alcançara o auge a partir de 1907, formando uma grande coalizão de pessoas e organizações que atravessavam fronteiras de classe, raça, orientação política, religião e geração. Era um movimento de massas. Algumas lideranças sufragistas, como a de Carrie Chapman Catt, argumentavam que o voto era uma forma de exercício de direitos e deveres femininos, conectando seu pleito à família, à maternidade e a formas mais convencionais de respeitabilidade.

Já o feminismo era relativamente desconhecido até, pelo menos, 1913, quando começou a ser inserido na linguagem corrente. Ele veio de círculos de esquerda, de mulheres que estabeleceram analogias entre a opressão das mulheres e a dos trabalhadores e defenderam uma transformação social radical. Diferente do sufragismo, esse feminismo cortou laços com o cristianismo e com certos ideais de feminilidade mais tradicionais. Ele surgiu em condições diferentes do sufragismo, entre mulheres mais educadas e profissionais (Cott, 1987).

O sufragismo e o feminismo eram, portanto, movimentos diferentes, ainda que conectados. E a convivência nem sempre era fácil. Algumas sufragistas criticavam o feminismo por supostamente estimular conflitos entre homens e mulheres e enfatizar excessivamente a sexualidade. Enquanto isso, algumas feministas criticavam um movimento de mulheres supostamente limitado ao voto – e não a transformações mais profundas, como o trabalho e a independência feminina, a valorização do prazer sexual das mulheres e a superação de estereótipos sexistas. E, já nessa época, o próprio feminismo se dividia em ‘linhas’ (Cott, 1987).

As obras de Tetrault e Cott sobre as origens dos feminismos modernos são exemplos paradigmáticos de uma abordagem sensível à complicada relação entre agência e estrutura. Essas autoras buscaram compreender os movimentos de mulheres em sua complexidade histórica real, com suas contradições, contingências e diversidades. Outras autoras, como Louise Tilly, enfatizaram a importância de se estudar movimentos de mulheres com ênfase no “processo permanente de estruturação social” e na necessidade de entender como “as mulheres vivem e atuam no tempo” (Tilly, 1994, p. 31), reforçando a contextualização rigorosa como um pilar fundamental da história. Para ela, a agência das mulheres não pode ser compreendida fora das estruturas sociais, econômicas e políticas de cada época.

Aqui, cabe uma advertência. Ao postular que o mito das três ondas hoje pertence ao campo da memória social – e não à História – não sustentamos que características de narrativas como essas são alheias à própria História acadêmica. Historiadores frequentemente trabalham reportando-se a modelos teóricos, que selecionam e relacionam evidências entre os vestígios do passado, dando-lhes uma ordem, procurando explicá-los, colocando-os em relação de causa e efeito. O passado, assim, parece mais real, ganha sentido e completude (Guarinello, 2014, p. 54-58).

Essa vantagem pode ser reforçada pela projeção de categorias anacrônicas a épocas em que elas são incabíveis, excluindo dados relevantes e forçando coerência quando a realidade é bem mais complexa. Muitos modelos mostram sua fragilidade com o tempo, graças ao acúmulo de debate acadêmico, novas perspectivas e até novas evidências. Mesmo eles podem ser fundamentais para o avanço do conhecimento, pois não deixam de ser evocados no debate público e, por isso, estão sempre recolocando perguntas sobre o passado que demandam respostas melhores. Se feita com cuidado e honestidade intelectual, essa reavaliação conduz a respostas mais complexas e, por isso mesmo, mais interessantes (Ciro Cardoso, 1990).

Uma história antifeminista do feminismo

Após esboçar essas notas sobre mitos e memórias sociais feministas, seguimos para a análise do livro de Campagnolo (2019), *Feminismo: Perversão e Subversão*. Sua tese principal é a de que as agendas dos direitos igualitários e da libertação da mulher nunca foram de fato essenciais para o movimento feminista e que as suas verdadeiras motivações têm sido desde o início a revolução sexual, a subversão cultural e a destruição da família, da maternidade e do cristianismo. Segundo Campagnolo, a linguagem da igualdade pela qual o feminismo se notabilizou é apenas uma fachada para esconder e fazer avançar esses objetivos (Campagnolo, 2019; 2022).

Para a autora, a verdade oculta é que o feminismo usa o discurso sobre mulheres como um disfarce; ele seria um movimento tirânico que não busca igualdade, mas sim vantagens e privilégios, especialmente para feministas de elite. As provas dessas intenções estariam nas próprias obras das feministas. Campagnolo afirma que a agenda feminista de perversão e subversão nunca sofreu reveses significativos, pois hoje já teria conquistado hegemonia em todo o Ocidente (Campagnolo, 2019, p. 383-385).

Embora comente que a centralidade da agenda da liberação sexual só se tornou mais explícita no século XX (nos escritos de pessoas como Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Kate Millett), para ela, o feminismo tem sido, desde o início, liderado por pessoas que praticam e apoiam estilos de vida libertários e sexualmente transgressores, embora elas, antes, ocultassem suas intenções reais por temer retaliação. A partir de um conjunto de textos e autoras canônicas para correntes do feminismo contemporâneo,⁶ Campagnolo procura revelar os propósitos secretos do movimento, a partir da análise das principais ideias e reivindicações que teriam marcado cada época histórica, segundo cinco etapas sucessivas que ela nomeia como “contestação, inserção, reprodução, subversão e aniquilação” (2019, p. 26).

A periodização de Campagnolo revela paralelos com a memória social feminista popularizada pelo modelo da história em ‘ondas’. A fase de ‘inserção’ abarca algumas pautas associadas à ‘Primeira Onda’ (sufrágio e mercado de trabalho); a da ‘reprodução’, temas da ‘Segunda Onda’ (revolução sexual, crítica à família); a da ‘subversão’ alinha-se diretamente à ideia de ‘Terceira Onda’ (teoria queer e desconstrução do gênero). Cabe observar que a autora não associa o feminismo a ganhos nas lutas pela igualdade no matrimônio ou mesmo pelo combate à violência. Além disso, ficam de fora da sua seleção autoras feministas contrárias à prostituição, à pornografia, à autoidentificação de gênero e à barriga de aluguel (Bindel, 2021). Com essa exclusão, Campagnolo dá a entender que esses são assuntos pacificados dentro do ‘feminismo’.

Embora a análise de Campagnolo apresente paralelos com a periodização das ‘ondas’, a autora rejeita explicitamente o uso desse termo. Por que isso acontece? Sugerimos que isso permite alcançar dois objetivos. Primeiramente, ao criticar as ‘ondas’ (conceito que denota avanços e recuos), ela reforça sua tese principal: a de que o feminismo não é um movimento social com fluxos e refluxos, mas um projeto ininterrupto de subversão. Ela afirma, sem apresentar evidências, que mesmo diante de oposições como o antissufragismo e a campanha STOP ERA, o movimento nunca teria retrocedido (Campagnolo, 2019).

Em segundo lugar, ao manter a estrutura linear das ondas, ela se apropria seletivamente da lógica narrativa que critica, sugerindo que uma fase leva inevitavelmente à próxima, mas invertendo seu significado: se na memória social feminista as ondas avançam em direção à emancipação das mulheres, na contra-história de Campagnolo as fases avançam em direção à aniquilação da civilização. Assim, Campagnolo projeta uma sombra que constrói uma imagem espelhada e negativa da memória histórica que pretende refutar. A estrutura narrativa familiar confere apelo à sua tese, enquanto o repúdio ao termo ‘onda’ a apresenta como uma correção dessa mesma história.

Elementos da abordagem de Campagnolo

Entre os aspectos mais salientes da argumentação de Campagnolo, identificam-se o caráter teleológico, os anacronismos históricos, a exclusão de evidências contrárias aos seus argumentos e a tendência a conceber o feminismo no singular, como um agente unificado, coeso e movido por intenções consistentes ao longo do tempo. Há um modelo bem difundido de ‘ondas’ que sugere um todo artificialmente coerente na forma ‘história do feminismo’. Nele, o movimento é unilinear e baseado em objetivos uniformes e de longa duração, que conectam sujeitos de tempos e lugares muito diferentes (Nicholson, 2010). Ao apropriar-se da tese de que o feminismo, a partir de suas raízes – situadas já no século XV – persegue um objetivo trans-histórico, Campagnolo confere a uma elite feminista uma capacidade de agência e planejamento estratégico de longo alcance que, como demonstramos, não encontra respaldo na sociologia dos movimentos sociais ou na historiografia.

A complexidade da mudança social – resultado da ação de indivíduos inseridos em estruturas em transformação, interagindo com múltiplos atores, atrizes e instituições em diferentes contextos – é incompatível com o grau de planejamento racional e de efeitos intencionais presumidos por esse modelo. Embora movimentos sociais possam alcançar vitórias, seus objetivos são constantemente renegociados ou redefinidos em resposta a vitórias parciais, derrotas, mudanças no contexto político ou dinâmicas internas (Tarrow; Tilly, 2006).

Adicionalmente, é um anacronismo atribuir o rótulo ‘prototeminista’ a indivíduos ou grupos dos séculos XV ou XVI que expressaram descontentamento com as normas de sua época (Campagnolo, 2019). Essa atribuição estabelece artificialmente uma linhagem contínua de ações e intenções, ignorando a historicidade específica das formas de contestação e a

⁶ Embora cite autoras feministas do século XX como Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Kate Millet e Gloria Steinem, a parte mais substantiva do seu trabalho se concentra na teoria queer de Butler, e sobretudo nos pesquisadores da identidade de gênero John Money e da sexualidade humana Alfred Kinsey. A busca por palavras-chave revela que os autores mais citados, por ordem de ocorrência, são: Simone de Beauvoir (109 vezes), John Money (91), Alfred Kinsey (80), Mary Wollstonecraft (71), Judith Butler (54), Betty Friedan (41), Alexandra Kollontai (40), Margareth Sanger (39), Kate Millet (25), Susan Faludi (22), Monique Wittig (21), Margareth Mead (20), John Stuart Mill (19), Shulamith Firestone (14), Friedrich Engels (13), Gloria Steinem (10), William Reich (9), Camille Paglia (9) e Herbert Marcuse (6) (Campagnolo, 2019).

emergência tardia dos movimentos sociais feministas como os conhecemos – em contextos históricos marcados pela ascensão do Estado-nação, mudanças nos repertórios de ação coletiva e a luta pela cidadania. Tal abordagem gera apelo comercial ao apresentar uma síntese supostamente abrangente da 'história do movimento feminista' e acaba sendo lida socialmente, de forma equivocada, como parte do gênero historiográfico. No entanto, ela descaracteriza tanto as manifestações passadas de descontentamento feminino quanto a própria natureza dos feminismos como ações coletivas historicamente situadas (Renán Olarte, 2009; Rodrigo Oliveira, 2020).

Feministas: artífices da Revolução Sexual?

Em seu livro, Campagnolo apresenta as feministas como artífices da revolução sexual. Autoras como Jeffreys (1990), no entanto, analisaram a revolução sexual como um período de significativa redefinição cultural, quando diferentes grupos mobilizaram recursos para promover ativamente uma nova narrativa sobre a sexualidade. Segundo ela, esse enquadramento dominante acabou priorizando a remoção de restrições ao desejo e ao acesso masculino às mulheres, enquanto a difusão de novas ideias e o crescimento de indústrias como a pornográfica foram instrumentais para moldar o entendimento público e as práticas resultantes. Os desdobramentos dessa transformação não foram uniformes e levaram a novas mobilizações, particularmente dentro de algumas vertentes feministas. Muitas mulheres perceberam que os resultados dessa 'liberdade sexual' não se alinhavam com suas expectativas de autonomia, gerando novos enquadramentos e formas de contestação que questionaram os resultados e os beneficiários dessa reconfiguração do poder e das normas sexuais.

Atualmente, diversas feministas avaliam negativamente o saldo e as consequências da revolução sexual para as mulheres (Jeffreys, 1990; Gail Dines, 2024; Louise Perry, 2022). Essas análises apontam problemas como: uma liberdade sexual definida pelos homens; a pressão sobre as mulheres para a disponibilidade sexual e práticas sexuais que reforçam a dominação masculina; a normalização da indústria pornográfica; a aceitação de formas violentas de sexo e o aumento da vulnerabilidade feminina à violência em uma cultura cada vez mais pornificada.

Embora Campagnolo demonstre estar ciente de algumas dessas divergências, ela formula uma explicação *ad hoc* para conciliar essa diversidade com sua tese original. Segundo sua argumentação, a aparente diversidade e fragmentação do feminismo não seriam acidentais, mas sim intencionais. Conforme esse raciocínio, a fluidez e a heterogeneidade do movimento seriam estratégias deliberadamente construídas com o intuito de confundir, dificultar a crítica, evitar a oposição e angariar adeptas.

Essa confusão é proposital. Fluidificar o feminismo impede que ele seja esmagado; ele escapa por entre os dedos. Esta experiência deve ser comum entre os leitores: quando começamos a conversar com uma feminista e apontamos as incoerências ou faltas do movimento, geralmente nos respondem que 'isso não é o feminismo', 'nem todo o feminismo é assim', 'isso é uma deturpação do movimento', etc. Dessa forma, resta sempre a virtude dos 'melhores' feitos do movimento e tudo aquilo que lhe macula a imagem é lançado fora como se não pertencesse à sua origem [...] (Campagnolo, 2019, p. 372).

A acomodação e a rejeição das contradições são instrumentos retóricos típicos dos revisionismos, negacionismos e pseudo-histórias – práticas que não se limitam a autores nas franjas da academia (Feder, 2014, p. 40-41). Ao se deparar com evidências que apontam a falta de unidade dos feminismos, Campagnolo opta por descartá-las ou descaracterizá-las. Para tal, ela argumenta que essas divergências não passariam de distrações criadas pelas feministas de elite com o intuito de esconder suas reais intenções, indemonstráveis por definição (Campagnolo, 2019).

A sustentação do argumento depende, portanto, da ausência de critérios metodológicos transparentes de inclusão e exclusão de evidências. Campagnolo lança mão de dados que não são estritamente falsos ou desconhecidos, mas que são selecionados para corroborar sua hipótese inicial. Nesse processo, inverte-se a lógica da pesquisa acadêmica: em vez de a hipótese ser testada e refinada pelas evidências, são as evidências que são escolhidas ou descartadas para servir à tese inicial. O resultado é um argumento circular e imune à refutação.

Cabe mencionar que ela também nega as intenções declaradas pelas pensadoras feministas em seus respectivos textos, lançando especulações sobre seus sentimentos ocultos e interiores. Isso ocorre sobretudo quando elas manifestam opiniões e objetivos não relacionados, críticos ou antagônicos à imagem de feminismo que Campagnolo constrói. No lugar de seus argumentos explícitos, a autora postula motivações ocultas e inacessíveis. Ao construir sua análise a partir de especulações, e não em evidências textuais, ela faz afirmações imunes à refutação, tornando-as infalsificáveis.

As 'ondas feministas' e o espelhamento antifeminista de Campagnolo

Algumas das autoras mencionadas por Campagnolo em seu livro são mobilizadas em grandes sínteses sobre a História das mulheres e do feminismo. Entre as obras citadas, uma referência central é o livro da cientista social Carla Cristina Garcia (2015), *Breve História do Feminismo*, indicado pela própria Campagnolo como leitura complementar. O livro de Garcia (2015) é uma obra de popularização, que mescla discussões de filosofia política – introduzindo debates sobre a questão das mulheres em diferentes correntes políticas e momentos históricos – com descrições de eventos, efemérides, e apresentação de conceitos, autoras e obras canônicas para os feminismos contemporâneos. Embora reconheça que o termo 'feminismo' é filho do século XX, a autora utiliza uma concepção alargada da categoria, que abrange qualquer crítica articulada por mulheres às restrições patriarcais em qualquer momento histórico. Isso permite, por exemplo, tratar Christine de Pizan, autora do século XV, como precursora de ideais feministas.

O fio condutor que une esse conjunto de análises, definições e descrições é cronológico: Garcia divide a história do feminismo em quatro grandes blocos: o 'feminismo pré-moderno', seguido pelo 'feminismo moderno' ou 'primeira onda' (abrangendo o movimento de mulheres durante a Revolução Francesa), a 'segunda onda' (iniciada no século XIX), e a 'terceira onda' (que teria surgido entre anos 1960 e 1970 e se desdobrado até os dias atuais) (2015, p. 24). Como misto de pesquisa acadêmica e memória social, o livro de Garcia se cerca de alguns cuidados com o anacronismo e procura a contextualização histórica. Ao mesmo tempo, a organização da obra imprime um sentido de progressão ao feminismo que pode promover uma ilusão de continuidade, que presume conexões intergeracionais e circulação de ideias e textos que acabam não sendo demonstradas. O livro também confere grande destaque a intelectuais e obras fundamentais, sugerindo um significativo poder das ideias na formação e representação de movimentos políticos⁷.

Em *Feminismo: Perversão e Subversão*, Campagnolo faz referência direta à periodização de Garcia. Ao analisar seus argumentos, verificamos que a primeira etapa apresentada por Campagnolo, intitulada 'contestação', encontra paralelo no período do 'protofeminismo' e usa o vocabulário apresentado por Garcia. As três fases seguintes – 'inserção', 'reprodução' e 'subversão' – podem ser correlacionadas, em nossa análise, respectivamente à primeira, segunda e terceira ondas do feminismo como historicizado por essa autora. Por fim, a etapa da 'aniquilação' é situada por Campagnolo no tempo presente e não se reporta ao trabalho de Garcia. Em comum, ambos os livros tratam a história do feminismo tendo como pontos de referência textos canônicos que se sucedem no tempo. Menos ênfase é conferida à atuação das pessoas, grupos, organizações e instituições dentro de estruturas e coordenadas históricas em mudança.

Campagnolo (2019) estabelece nexos causais entre as mudanças históricas nas relações entre homens e mulheres e a agência feminista colhendo evidências, predominantemente, nos textos de mulheres de diferentes momentos e contextos históricos, de Christine de Pizan (1405) a Judith Butler (1990), algumas das quais enunciaram insatisfação com a moral sexual e as normas sociais de sua época. Textos e manifestos são então amalgamados a alguns acontecimentos marcantes do século XX, como a criação do *Planned Parenthood* nos Estados Unidos, o lançamento da pílula anticoncepcional, os estudos sobre sexualidade humana de Alfred Kinsey, os experimentos com identidade de gênero de John Money e o estabelecimento dos estudos de gênero nas universidades norte-americanas, além dos movimentos contraculturais naquele país e na Europa. Além do foco exclusivo em eventos do Norte Global, há um erro metodológico na sugestão de que a mera simultaneidade temporal entre os escritos de mulheres selecionados de um cânone e esses eventos é prova suficiente de que as feministas de elite foram as responsáveis diretas por essas e as demais mudanças sociais a que supostamente aspiraram (Campagnolo, 2019).

Ao esboçar perfis de figuras celebradas pelo feminismo *mainstream*, Campagnolo busca evidenciar como o movimento, desde suas raízes, estaria associado a comportamentos morais repreensíveis ou até criminosos, como libertinagem sexual, infidelidade, aliciamento de menores, experimentações em crianças, eugenia e racismo. Além de atingir a memória coletiva de algumas vertentes feministas, essa estratégia suscita controvérsias e descrença e estabelece as consequências negativas de um único fenômeno: a adoção dos ideais feministas na vida das mulheres. Campagnolo comprime um fenômeno complexo e de longa duração em uma relação reducionista entre causalidade única e consequências múltiplas. Porém, a causalidade histórica não opera dessa forma (Fischer, 1970) e nenhum conjunto de ideias é causa única de mudanças sociais. Mesmo quando, à frente, as pessoas reportam-se a ideias passadas em suas reivindicações, sempre as reelaboram condicionadas pelas circunstâncias de seu próprio

⁷ Por exemplo, a autora atribui ao *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, a capacidade de rearticular e impulsionar o feminismo no pós-Guerra – embora haja um grande lapso temporal entre sua publicação em 1949 e os ciclos de protestos dos anos 1960 (Garcia, 2015, p. 80-83).

contexto. As ideias não são, em si mesmas e sozinhas, sementes de ideias que surgirão anos ou décadas depois, muito menos podem representar 'o passado' do feminismo.

Além disso, as ideias e os intelectuais que as impulsionam são ferramentas valiosas para movimentos sociais, mas não sua causa primária. Seu impacto nos movimentos depende de recursos, oportunidades políticas, redes e organizações. Afinal, textos não possuem agência e só ganham importância pela ação de ativistas (Tarrow; Tilly, 2006). Ao narrar o feminismo a partir de seu cânone, Campagnolo acaba reiterando premissas equivocadas do campo adversário, enquanto rejeita e inverte suas conclusões. Como resultado, ela não supera as limitações metodológicas originais da narrativa feminista hegemônica, apresentando uma revisão objetável por sua incompletude e superficialidade (Fischer, 1970).

Além do uso de textos e discursos de ícones do feminismo *mainstream* atual como base para a reconstrução do passado, Campagnolo utiliza elementos das biografias dessas mulheres icônicas para criticar o feminismo. Isso se desdobra em duas estratégias retóricas distintas, que chamamos aqui de 'provas de incoerência' e 'ataque a ícones'. A primeira é a busca por contradições entre as ideias defendidas e as ações reais das supostas representantes do feminismo – uma estratégia conhecida como 'apelo à hipocrisia' (Anthony Weston, 2009). Já a segunda consiste em um ataque direto aos ícones do movimento, na tentativa de expor o conteúdo de suas vidas privadas a fim de questionar sua legitimidade e integridade.

Por exemplo, Virginia Woolf, conhecida por sua análise da condição feminina na era vitoriana, é retratada por Campagnolo como uma figura perturbada e entediada que, não obstante suas críticas ao patriarcado, teria paradoxalmente dependido do apoio integral do marido para produzir sua obra. Seguindo uma linha similar de desqualificação, Gloria Steinem e Betty Friedan são apresentadas pela autora como tendo aversão à maternidade. Simone de Beauvoir, na perspectiva de Campagnolo, teria não apenas tolerado a promiscuidade de Sartre, mas também aliciado menores de idade, resultando em uma existência infeliz e vazia. Margaret Sanger é caracterizada como uma eugenista racista e Mary Wollstonecraft é descrita como uma mulher desequilibrada e carente de afeto (2019, p. 335-340). Em suma,

[a] desilusão e a vida infeliz de tantas feministas não nos permitem passar pela história do movimento sem concluir que ele não tem servido à satisfação e liberdade que prometera e, mais do que isso, tem servido para fazer vítimas, destroçar corações e profanar o corpo de incontáveis mulheres (Campagnolo, 2019, p. 330).

A desconstrução de ícones através da análise da vida privada de figuras históricas é possível porque narrativas feministas frequentemente constroem representações idealizadas dessas personagens – apresentando-as como modelos 'à frente de seu tempo' segundo os valores morais do presente e atrelando a elas a honra coletiva do movimento. Embora se oponha ao feminismo, a narrativa de Campagnolo assume as premissas de narrativas comerciais do feminismo contemporâneo, difundidas no campo cultural, que se concentram na celebração de figuras históricas proeminentes, cujas trajetórias são tratadas como modelos de emancipação (Caitlín Doherty, 2023).

Como essas mulheres viveram em coordenadas socioculturais distintas, suas trajetórias contêm elementos que frequentemente destoam das sensibilidades contemporâneas. Um exemplo é o das ideias eugênicas de Margaret Sanger, tão amplamente compartilhadas na primeira metade do século XIX nos Estados Unidos, que reuniam adeptos que iam desde John Maynard Keynes até W. E. B. Du Bois (Michelle Goldberg, 2010), que hoje são vistas como inaceitáveis – e, assim, mobilizadas com eficácia por Campagnolo para fins de desqualificação moral.

Em outros casos, a valorização de exemplos irrepreensíveis pode inibir processos de crítica e autocrítica no próprio campo dos feminismos, o que facilita a estratégia de ataque a ícones empregada por Campagnolo. O caso de Simone de Beauvoir é emblemático. Ao lado de Sartre, Foucault e outros intelectuais, ela assinou petições reivindicando a revisão da legislação francesa que criminalizava relações sexuais com menores e a libertação de três réus que estavam há três anos em prisão preventiva enquanto aguardavam julgamento por atentado não violento ao pudor contra menores de 15 anos (Le Monde, 1977; Althusser *et al.*, 1977). A recusa em confrontar tais posicionamentos a fim de preservar a imagem heroica dessas personalidades impede o exame crítico do passado, o que demonstra como a criação de modelos intocáveis pode ser mais prejudicial do que benéfica para o amadurecimento dos feminismos.

A chave central: o problema da agência e estrutura

Como já mencionamos, o elemento fundamental para a narrativa de Campagnolo é sua relação com a causalidade histórica e sua visão da relação entre agência e estrutura. Para ela, se as feministas tiveram grande sucesso em fazer avançar sua agenda de subversão e perversão, o mesmo não pode ser dito sobre a aquisição de direitos. Em outros termos, se por um lado as feministas tiveram agência e poder de fazerem-se causa única de transformação

das próprias bases da sociedade, modificando a sexualidade, a família e as relações conjugais, por outro, não tiveram participação na conquista de direitos femininos como o sufrágio e as leis antidiscriminação.

É difícil sustentar que mulheres vêm planejando o desenvolvimento das sociedades atuais desde o século XV. Na maior parte desse tempo elas estiveram fora das estruturas de poder. Além disso, as transformações na sexualidade e na intimidade a partir do século XIX no Norte Global resultaram de diversos fatores, como a propagação dos ideais de amor romântico e as tendências à redução do tamanho da família, que libertaram gradualmente a mulher do ciclo contínuo de gravidez e parto. O processo culminou com a pílula anticoncepcional, que possibilitou a separação entre sexualidade e reprodução, desligando o prazer sexual do temor da gestação e da morte e conferindo autonomia às mulheres sobre seus corpos e sua fertilidade (Giddens, 1992; Claudia Goldin, 2024).

O aumento da mobilidade geográfica, a disseminação dos meios de comunicação de massa e os movimentos sociais também difundiram novas formas, conhecimentos, aspirações e ideias vinculadas à sexualidade, que tiveram grande alcance. Mudanças institucionais, como a democratização funcional das sociedades, também foram importantes. Parece claro que movimentos políticos, especialmente os feministas, contribuíram para algumas mudanças sociais, mas eles foram tanto agentes quanto alvos dessas transformações, numa inter-relação dinâmica (Giddens, 1992). Um exemplo disso é a maneira como as políticas de planejamento familiar do século XX foram inicialmente impulsionadas e financiadas por governos e fundações internacionais anticomunistas, mas posteriormente alteradas pela agência do movimento feminista global (Goldberg, 2010).

Se Campagnolo trata as feministas como artífices da revolução sexual, ao mesmo tempo ela nega a agência feminista na conquista de direitos como o voto, a educação e o trabalho feminino, alegando ausência de evidências e atribuindo a escolarização feminina e a inserção no trabalho a fatores como guerras ou a Revolução Industrial, bem como a concessão de direitos como o voto à boa vontade masculina. Além de confundir inserção laboral com direitos trabalhistas, essa interpretação não se detém à análise de como os processos históricos e as transformações estruturais como a industrialização abriram oportunidades políticas e sociais que foram estrategicamente utilizadas por movimentos de mulheres.

A história dos movimentos sociais sugere uma dinâmica mais complexa. A Revolução Industrial e as guerras, por exemplo, ao reconfigurarem as estruturas econômicas e sociais, também alteraram a posição das mulheres, inserindo-as em novos espaços públicos, como fábricas e instituições educacionais. Essas mudanças estruturais, longe de serem meros ou únicos determinantes, funcionaram como contextos que abriram novas possibilidades para a mobilização de recursos e a formação de identidades coletivas (Alice Kessler-Harris, 2001).

Mulheres, inseridas nesses novos ambientes, não ficaram passivas diante dessas transformações. Pelo contrário, engajaram-se em processos de enquadramento de suas experiências, articulando suas demandas em torno de questões como condições de trabalho, jornada laboral e direitos. Utilizando os meios disponíveis – que variaram desde a organização de associações e sindicatos até a realização de greves e *advocacy* – elas exerceram agência para reivindicar direitos como a regulamentação da jornada de trabalho, a licença-maternidade e, posteriormente, as legislações contra o assédio moral e sexual no ambiente laboral. Assim, a conquista de direitos trabalhistas femininos pode ser entendida como resultado da interação entre as oportunidades abertas por transformações históricas estruturais e a ação coletiva estratégica de mulheres organizadas, em vez de ser atribuída unicamente a fatores exógenos ou concessões unilaterais (Kessler-Harris, 2001).

Conclusão: Pseudo-histórias, revisionismos, negacionismos

Em que tipo de narrativa é possível enquadrar a história do feminismo apresentada por Campagnolo? Trata-se mesmo de uma contra-história? A expressão costuma estar associada à História produzida a partir do ponto de vista dos vencidos em um dado contexto de disputas e silenciamentos. Contra-histórias pretendem trazer um novo olhar sobre histórias consagradas, de forma a identificar seus vieses e falhas, além de apontar causas ocultas dos fenômenos sociais e as contradições dos sujeitos neles envolvidos (Ferro, 1985, p. 64-68). A retórica de Campagnolo evoca esse sentido para sua narrativa do feminismo, na medida em que ela pretende lê-la 'a contrapelo', como alguém que se vê na posição derrotada pelo movimento. No entanto, há problemas de ordem metodológica que permitem ver sua narrativa como algo além de uma mera história escrita pela perspectiva 'dos vencidos'.

Os conceitos de 'pseudo-história', 'revisionismo', 'negacionismo' e de 'história terapêutica' podem ser funcionais para apontar caminhos sobre como interpretar o trabalho de Campagnolo. Eles podem parecer carregados e normativos, mas têm sido levantados na discussão acadêmica sobre produtos culturais socialmente lidos enquanto historiografia e que ocupam nossa imaginação

e investimento, tornando-se grandes sucessos editoriais. Para os proponentes desses conceitos, o que caracteriza narrativas como 'pseudo-história', 'revisão histórica' ou 'negacionismo' é o fato de que elas procuram dar sentido a eliminar nossa alienação frente ao que parece misterioso e oculto; afirmam a futilidade ou mesmo o engano quanto à culpabilização de certos grupos por determinados acontecimentos e fenômenos históricos; promovem a autoestima coletiva por meio de narrativas moralizantes, baseadas em heróis e vilões.

'Pseudo-história' é um termo usado por autores como Kenneth Feder (2014) e Ronald Fritze (2009) para discutir teorias da conspiração, explicações esotéricas e hipóteses infundadas que circulam na indústria do entretenimento e livrarias até chegarem ao público discente dos cursos de ciências humanas e licenciaturas. Elas têm grande capacidade de capilarização em correntes de transmissão que chegam e podem se renovar até em ambientes formais de ensino. Um caso evidente é o da tese dos deuses astronautas construtores de pirâmides, assim como o da Pré-História matriarcal e o das origens afroasiáticas da cultura grega (Guerra, 2021; Glyn Daniel, 1963, p. 30; Bruce Trigger, 1996, p. 203, 220-223; Gilberto Francisco, 2024).

'Revisão histórica', por sua vez, é um termo polissêmico, tanto associado a alegações de grande impacto que circulam nas franjas da academia (como a negação do Holocausto) quanto ao procedimento regular dos historiadores de revisarem suas hipóteses e testarem os consensos estabelecidos à luz de leituras atualizadas das evidências e da apresentação de novas questões sobre o passado. Geralmente, no entanto, atribui-se o selo de 'revisão histórica' a obras em que os consensos não são realmente testados, mas negados. Assim, há um debate sobre tratá-las, simplesmente, como 'negacionistas': seus autores podem inclusive amparar-se numa historiografia autorizada para negar a validade de outra corrente – esta supostamente ideológica e mal-intencionada. O que se disputa, nesses casos, não é simplesmente se um fenômeno ocorreu, mas o sentido que devemos dar a ele (Kopeček, 2008; Oliveira, 2023).

O livro de Campagnolo está conectado com essas modalidades narrativas. Ela define seu trabalho como uma 'revisão histórica' (2019, p. 34) que nega a participação das feministas em transformações importantes para a história das mulheres. Especulando sobre as intenções verdadeiras e ocultas das feministas, ela compartilha com pseudo-historiadores uma leitura conspiratória da História baseada em pressupostos que não podem ser efetivamente testados, comprovados nem refutados sobre sentimentos e reflexões íntimas dos sujeitos estudados. Por isso, não podemos atribuir-lhes status de hipóteses científicas.

Observe-se que Campagnolo não está lançando mão de dados falsos ou desconsiderados pela historiografia. O que acontece é que esses dados não são selecionados de acordo com critérios transparentes e sistemáticos de inclusão e exclusão que permitam testar sua hipótese da subversão sexual. Para ela, a falta de evidências de qualidade ou a presença de evidências contrárias à sua tese não a enfraquecem, mas, sim, confirmam a habilidade dos conspiradores em apagar vestígios e manipular a opinião pública. Como uma pseudo-história, ela pretende contar uma verdade que não se vê na escola, nas universidades e nos movimentos sociais.

Mais do que pautar as motivações de seus autores, ou qualificá-los entre as categorias de pseudo-história, é preciso ler obras como a de Campagnolo procurando entender a forma como elas articulam o conhecimento científico e as memórias sociais sobre um determinado tema. A novidade da nossa análise é mostrar que sua narrativa tem afinidades e paralelos com algumas memórias sociais oriundas do próprio campo feminista – há muito debatidas e refutadas pelo conhecimento acadêmico especializado (Cott, 1987; Nicholson, 2010). Embora o conteúdo e os objetivos políticos das narrativas feministas e do antifeminismo de Campagnolo sejam antagônicos, a análise de suas estratégias discursivas revela paralelos surpreendentes. Ambas demonstram como a história pode ser mobilizada para construir identidades, energizar públicos e legitimar visões de mundo, por meio do emprego de mecanismos notavelmente similares de seleção, simplificação e teleologia.

Em *Historian's Fallacies*, Fischer chama atenção para o problema da "falácia das contraquestões" (*fallacy of counterquestions*) na pesquisa histórica (1970, p. 28). Esse problema ocorre quando historiadores, empenhados em criticar uma determinada narrativa ou trabalho historiográfico, se apegam às premissas originais daquilo que desejam criticar, repetindo os mesmos erros. O problema da obra de Campagnolo não é sua pretensão de ser uma contra-história antifeminista. A questão é que, ao espelhar os problemas da memória social feminista, ela se afasta do cuidado com o método e dos requisitos que caracterizam uma pesquisa histórica rigorosa.

Como demonstramos, a narrativa de Campagnolo possui, paradoxalmente, semelhanças com memórias sociais feministas. Um dos paralelos mais evidentes é a construção de uma narrativa coerente, linear e teleológica que confere sentido e previsibilidade. Como uma forma de história terapêutica, ela é validada pelo senso de bem-estar que fornece ao público, e não pelo avanço que traz à produção do conhecimento científico (Tucker, 2008). A história terapêutica feminista frequentemente simplifica ou omite disputas internas e forja uma imagem unificada e inspiradora do movimento, geralmente pela construção de um cânone. Campagnolo também

é altamente seletiva na escolha de suas fontes, lendo mulheres do passado como Simone de Beauvoir, Alexandra Kollontai e Mary Wollstonecraft pela ótica de um conjunto selecionado de autores contemporâneos, sobretudo a obra de Butler. Assim, ela constrói um 'outro feminista' alinhado à sua tese da subversão sexual.

Ambas as narrativas cumprem uma função terapêutica para seus respectivos públicos. Se as memórias sociais feministas mobilizam mulheres, promovem a autoestima, validam experiências e fortalecem a identidade coletiva, a narrativa de Campagnolo, conforme sugerido, promove a autoestima de mulheres conservadoras. Ao oferecer uma explicação para as mudanças sociais que as incomodam, ela também confere um sentido a essas transformações, o que valida o desconforto e a visão de mundo de seu público.

Essa inversão, isto é, o fato de Campagnolo replicar a lógica de uma periodização etapista, análoga à das 'ondas' que ela mesma critica, e a centralidade que confere a ícones históricos, pode apresentar desafios para uma crítica direta às suas teses no debate público. Isso porque um engajamento produtivo com a sua obra demanda questionar a representação do feminismo como um movimento inteiramente coeso, linearmente progressivo e teleológico – o feminismo no singular. No entanto, as críticas podem requerer um exame das próprias bases de certas representações idealizadas dos feminismos no senso comum, bem como a explicitação de seus dissensos internos. Essa ampla avaliação, por sua vez, pode levar a impasses e debates sobre a própria definição de feminismo.

Como indicam estudos qualitativos com mulheres conservadoras de origem popular, a narrativa de Campagnolo dialoga com preocupações prementes em certos segmentos da sociedade brasileira. Essas pesquisas revelam que, embora tais mulheres valorizem a autonomia feminina e repudiem a violência sexista, elas frequentemente expressam críticas ao feminismo, percebendo-o como contrário aos valores familiares e à maternidade (Solano; Rocha; Costa, 2022). Ao dissociar a luta por igualdade educacional, política e laboral do feminismo e ao caracterizá-lo como um movimento homogêneo focado primariamente na liberdade sexual e na identidade de gênero, Campagnolo se conecta com esse público. Sua abordagem tende a reforçar a percepção de que as inquietações dessas mulheres sobre família, autonomia e sexualidade são uma consequência direta das agendas feministas. Nesse sentido, refletir sobre a ressonância de tais críticas e sobre as experiências que as fundamentam pode ser um passo importante para transcender polarizações e fomentar abordagens que considerem a pluralidade das mulheres e suas aspirações por segurança, autonomia e dignidade.

Referências

ALTHUSSER, Louis *et al.* *Lettre ouverte à la Commission de révision du code pénal pour la révision de certains textes régissant les rapports entre adultes et mineurs*. Paris, 1977. Disponível em <https://www.dolto.fr/fd-code-penal-crp.html>. Acesso em 12/09/2025.

AMAZON. *Mais Vendidos em Estudos Sobre a Mulher Política e Ciências Sociais*. São Paulo, 11/09/2025. Disponível em <https://www.amazon.com.br/gp/bestsellers/books/7874026011?ie=UTF8&pg=2>. Acesso em 11/09/2025.

BINDEL, Julie. *Feminism for Women*. Londres: Constable, 2021.

BUTLER, Judith. "Sex and Gender in Simone de Beauvoir's *Second Sex*". *Yale French Studies*, New Haven, n. 72, p. 35-49, 1986.

BYRNE, Alex. *Trouble With Gender*. Cambridge: Polity Press, 2024.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *Currículo do Sistema Currículo Lattes*. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 09/12/2014.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline; CORRÊA, Cristiane. "Feminismo: o desprezo aos homens e a guerra contra a tradição". *Gazeta do Povo*, Curitiba, 16/08/2025. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/feminismo-desprezo-homens-guerra-contra-tradicao/>. Acesso em 04/09/2025.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *Feminismo: perversão e subversão*. Campinas: Vide, 2019.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *Guia de Bolso Contra Mentiras Feministas*. Campinas: Vide, 2021.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *A hidra feminista*. Itajaí: CA Edições, 2024.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *O mínimo sobre feminismo*. Campinas: O Mínimo, 2022.

- CARTA CAPITAL. "Quem é Caroline Campagnolo, deputada que quer a denúncia de professores 'doutrinadores'?". *Carta Capital*, São Paulo, 30/10/2018. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-ana-caroline-campagnolo-a-deputada-que-quer-a-denuncia-de-professores-doutrinadores/>. Acesso em 04/09/2025.
- COTT, Nancy F. *The Grounding of Modern Feminism*. New Haven: Yale University Press, 1987.
- DANIEL, Glyn. *The Idea of Prehistory*. Cleveland: The World Publishing Company, 1963.
- DELAP, Lucy. *Feminismos: uma História Global*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- DINES, Gail. *Pornland*. Curitiba: Caqui, 2024.
- DOHERTY, Caitlín. "A Feminist Style". *Sidecar*, London, 07/07/2023. Disponível em <https://newleftreview.org/sidecar/posts/a-feminist-style>. Acesso em 20/05/2025.
- DWORKIN, Andrea. *Right-Wing Women*. London: Picador USA, 2025.
- FEDER, Kenneth. *Frauds, Myths and Mysteries*. New York: McGraw Hill, 2014.
- BRASIL PARALELO. *Feminismo e Marxismo: com Ana Campagnolo* [online]. Disponível em <https://www.brasilparalelo.com.br/ebooks/feminismo-marxismo-ana-campagnolo>. Acesso em 09/09/2025.
- FEMINISMO: perversão e subversão. *Amazon.com.br*. Disponível em <https://www.amazon.com.br/Feminismo-Pervers%C3%A3o-Subvers%C3%A3o-Caroline-Campagnolo/dp/8595070547>. Acesso em 04/09/2025.
- FISCHER, David Hackett. *Historians' Fallacies: Toward a Logic of Historical Thought*. New York: Harper & Row, 1970.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.
- FRANCISCO, Gilberto da Silva. "A África e os mundos grego e romano". In: MORENO, Helena; GONÇALVES, Ivan Sicca; GOMES, Raquel C. A.; SAMPAIO, Thiago H. (Orgs.). *História da África nas universidades públicas do Estado de São Paulo*. Marília: Lutas Anticapital, 2024. p. 53-78.
- FRITZE, Ronald. *Invented Knowledge*. London: Reaktion, 2009.
- G1 SC. "No mês do Dia da Mulher, deputada de SC lança livro com contraponto ao feminismo". G1 SC, Florianópolis, 12/03/2019. Disponível em <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/03/12/no-mes-do-dia-da-mulher-deputada-de-sc-lanca-livro-com-contraponto-ao-feminismo.ghtml>. Acesso em 20/06/2019.
- GIDDENS, Anthony. *The Transformation of Intimacy*. Redwood: Stanford University Press, 1992.
- GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GOLDBERG, Michelle. *The Means of Reproduction*. New York: Penguin, 2010.
- GOLDIN, Claudia. *Carreira e família*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.
- GOMES, Carla; SORJ, Bila. "Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil". *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.
- GUARINELLO, Norberto. *Ensaio sobre História Antiga*. 2014. Livre-Docência – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- GUERRA, Lolita. "Pequeno histórico do 'matriarcado'". *Mare Nostrum*, São Paulo, v. 13, n. 01, p. 1-25, 2021.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- JAYAWARDENA, Kumari. *Feminism and Nationalism in the Third World*. New York; London: Verso, 2016.
- JEFFREYS, Sheila. *Anticlimax: A Feminist Perspective on the Sexual Revolution*. 2 ed. Chicago: Spinifex, 2012.

- KESSLER-HARRIS, Alice. *In Pursuit of Equity*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- KOPEČEK, Michal (Org.). *Past in the Making*. Budapest: Central European University Press, 2008.
- LE GOFF, Jacques. "Memória". In: LE GOFF, Jacques. *Enciclopédia Einaudi*. V. 1, Memória-História. Porto: Imprensa Nacional, 1984. p. 11-50.
- LE MONDE. "À Propos d'un Procès". *Le Monde*, Paris, 26/01/1977. Disponível em https://www.lemonde.fr/archives/article/1977/01/26/a-propos-d-un-proces_2854399_1819218.html. Acesso em 12/09/2025.
- LEVI, Giovanni. "Le passé lointain. Sur l'usage politique de l'histoire". In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (Orgs.). *Les usages politiques du passé*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. p. 25-37.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MELLO, Patrícia Campos. "Jovens se politizam com influenciadores e canais nas redes, indica estudo". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26/01/2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/01/jovens-se-politizam-com-influenciadores-e-canais-nas-redes-indica-estudo.shtml?origin=folha>. Acesso em 20/02/2022.
- NICHOLSON, Linda. "Feminism in 'Waves': Useful Metaphor or Not?". *New Politics*, New York, v. 12, n. 4, p. 1-7, 2010. Disponível em https://newpol.org/issue_post/feminism-waves-useful-metaphor-or-not/. Acesso em 23/08/2023.
- NUSSBAUM, Martha. "The Professor of Parody". *The New Republic*, Washington, p. 37-45, 1999. Disponível em <https://newrepublic.com/article/150687/professor-parody>. Acesso em 07/09/2025.
- OLARTE, Renán Silva. "Del anacronismo en Historia y en Ciencias Sociales". *Historia Crítica*, Bogotá, v. 1, n. 39E, p. 278-299, 2009.
- OLIVEIRA, Rodrigo Pérez. "Os usos abusivos da historiografia profissional pelos negacionismos históricos no Brasil". *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1-27, 2023.
- OLIVEIRA, Rodrigo Pérez. "Por que vendem tanto?". *Transversos*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 64-95, 2020.
- PERRY, Louise. *The Case Against the Sexual Revolution: a New Guide to Sex in the 21st Century*. Cambridge: Polity Books, 2022.
- PIERSON, Paul. *Politics in Time: History, Institutions and Social Analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- REDAÇÃO ND. "Ana Campagnolo é a deputada estadual mais votada de SC nas Eleições 2022". *ND+*, Florianópolis, 02/10/2022. Disponível em <https://ndmais.com.br/politica/ana-campagnolo-e-a-deputada-estadual-mais-votada-de-sc-nas-eleicoes-2022/>. Acesso em 26/05/2025.
- ROSENSTONE, Robert. *History on Film*. New York: Routledge, 2006.
- SAFERSTEIN, Ezequiel. "Los nuevos bestsellers de la derecha 'sin complejos'". *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, 2023. Disponível em <https://www.nuso.org/articulo/libros-derecha-libertarios/>. Acesso em 10/09/2025.
- SOLANO, Esther; ROCHA, Camila; COSTA, Beatriz Della. *Feminismo em disputa*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- STOCK, Kathleen. *Material girls*. São Paulo: Cassandra, 2023.
- TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Contentious Politics*. Colorado: Paradigm, 2006.
- TESSER, Tabata. "'Bíblia do antifeminismo' e as intelectuais orgânicas antigênero". In: XX JORNADAS SOBRE ALTERNATIVAS RELIGIOSAS NA AMÉRICA LATINA. *Anais Eletrônicos*. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Disponível em <https://>

www.jornadasacsrm2022.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=5510. Acesso em 04/09/2025.

TETRAULT, Lisa. *The Myth of Seneca Falls*. Chapel Hill: UNC Press Books, 2014.

TILLY, Louise. "Gênero, história das mulheres e história social". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 28-62, 1994.

TUCKER, Aviezer. "Historiographic Revision and Revisionism". In: KOPEČEK, Michal (Org.). *Past in the Making*. Budapest: Central European University Press, 2008. p. 1-14.

TUIN, Iris van der. "Feminisms, First, Second, and Third Wave". In: NAPLES, Nancy (Ed.). *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Gender and Sexuality Studies*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2016. p. 1-5.

WALBY, Sylvia. "Varieties of Gender Regimes". *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, Oxford, v. 27, n. 3, p. 414-431, 2020.

WESTON, Anthony. *A construção do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Verônica Toste Dafion (veronicatoste@id.uff.br) é professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da mesma instituição. É doutora e mestre em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e membro da Heterodox Academy. Estuda sociologia das desigualdades, sociologia histórica e mulheres na teoria social. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4017198138135829>.

Lolita Guimarães Guerra (lolita.guerra@uerj.br) é professora associada do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ). É doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e membro da Heterodox Academy. Estuda história antiga e a circulação de pseudo-histórias das mulheres no presente.

Danielle Fernandes Rodrigues Furlani (daniellerodrigues@id.uff.br) é mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal Fluminense (UFF). É bolsista do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), onde integra o grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC), desenvolvendo pesquisas sobre antifeminismos, com foco na atuação de intelectuais antifeministas.



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

DAFLON, Verônica Toste; GUERRA, Lolita Guimarães; FURLANI, Danielle Fernandes Rodrigues. "O feminismo e sua sombra. O antifeminismo de Ana Campagnolo". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 1, e109491, 2026..

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Verônica Toste Daflon: concepção, análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão de resultados.

Lolita Guimarães Guerra: análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão de resultados.

Danielle Fernandes Rodrigues Furlani: concepção, coleta de dados e análise de dados.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – Brasil (FAPERJ), Programa Jovem Cientista do Nosso Estado 2022, Edital E_19/2022; da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil, Programa Prodocência, Edital 35/2021; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), Bolsa de mestrado, Código de Financiamento 001.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

A fonte primária da pesquisa é um livro, disponível para aquisição em todo o território nacional.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 25/10/2025

Aceito em 26/10/2025

EDITORA RESPONSÁVEL

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112

EDITORA CIENTÍFICA

Ana Laura de Giorgi  0000-0002-4304-6514